



## TEORIAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE RESTAURAÇÃO, REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR

TOFANI, Frederico de Paula (1)

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Departamento de Projetos.  
fptofani@ufmg.br

### RESUMO

Este artigo versa sobre uma experiência de ensino no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG: a disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*. Ofertada a mestrandos e doutorandos desse que é um dos raros programas no Brasil voltados à conservação do patrimônio cultural e natural, a disciplina foi concebida objetivando contribuir para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos próprios à sua temática e, em específico, para a análise, a crítica e a produção de projetos e obras de restauração, reabilitação e requalificação. De modo a alcançar esses objetivos educacionais, a disciplina adota um conjunto de premissas teóricas e empíricas basilares na conservação, bem como um conteúdo programático e estratégias de ensino-aprendizagem com elevado grau de interdisciplinaridade. Seus dois primeiros terços são dedicados à transmissão-aquisição de conteúdos relacionados à cultura, patrimônio e conservação em geral e, em específico, à conservação do patrimônio cultural edificado e sua restauração, reabilitação e requalificação. Em seu último terço, a disciplina se converte em um dinâmico workshop, no qual esses conteúdos são aplicados em estudos de casos. O artigo apresenta as premissas, os conteúdos e as estratégias da disciplina e, ao fim, alguns de seus desdobramentos e desafios.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural Edificado; Conservação; Preservação e Uso Sustentável; Restauração, Reabilitação e Requalificação; Pós-Graduação.

### Abstract

*This article is about a teaching experience in the Graduate Program in Built Environment and Sustainable Heritage at UFMG: the discipline Restoration, Rehabilitation, and Requalification of Built Heritage: Contemporary Theories and Practices. Offered to master's and doctoral students in what is one of the rare programs in Brazil aimed at the conservation of cultural and natural heritage, the discipline was designed to contribute to the generation, development, transmission, and application of knowledge specific to its theme and, in specific, for critical analysis and production of restoration, rehabilitation, and requalification design and works. In order to achieve these educational goals, the discipline adopts a set of theoretical and empirical premises that are fundamental to conservation, as well as a syllabus and teaching-learning strategies with a high degree of interdisciplinarity. Its first two thirds are dedicated to the transmission-acquisition of contents related to culture, heritage, and conservation in general, and specifically to the conservation of built heritage and its restoration, rehabilitation, and requalification. In its last third, the discipline becomes a dynamic workshop, in which these contents are applied in case studies. The article presents the premises, syllabus, and strategies of the discipline and, at the end, some of its outcomes and challenges.*

**Keywords:** Built Heritage; Conservation; Preservation and Sustainable Use; Restoration, Rehabilitation, and Requalification; Graduate Studies.

## INTRODUÇÃO

Fascinante e controverso, o campo das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado tem experimentado considerável expansão e diversificação na contemporaneidade. Isso pode ser atestado pelo volume crescente de casos de restauração, reabilitação e requalificação de bens edificados, com vistas à sua preservação e uso sustentável – e é ilustrado, eloquentemente, pela profusão de propostas e acalorada polêmica que marcaram as discussões sobre como tratar a Catedral de Notre-Dame de Paris, após o incêndio que a vitimou em abril de 2019.

Este artigo versa sobre uma experiência de ensino que se dedica a esse campo, no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG<sup>1</sup>. A saber, a disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, concebida e ofertada por nós, desde o ano de 2016, a mestrandos e doutorandos desse que é um dos raros programas de pós-graduação no Brasil, de área interdisciplinar, voltados à conservação do patrimônio cultural e natural.

Essa disciplina objetiva contribuir para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos próprios a sua temática e, em específico, para a análise, a crítica e a produção de projetos e obras de restauração, reabilitação e requalificação. Tendo hoje uma carga horária de 60 horas-aula, e mesmo acumulando sucessivos aprimoramentos, a disciplina adota, desde seu nascedouro, premissas, conteúdo programático e estratégias de ensino-aprendizagem com elevado grau de interdisciplinaridade, conforme apresentamos neste artigo.

Os principais vínculos e lastros da disciplina incluem as atividades na linha de *Conservação do Patrimônio Cultural e Natural* a que temos nos dedicado no Magistério Superior Federal e, dentre elas, destacam-se projetos de pesquisa e extensão objetivando a identificação e documentação de bens patrimoniais, a preservação e uso sustentável desses bens e a elaboração de projetos e obras de intervenções em Paisagens Culturais, Sítios Urbanos Tombados, Bens Arquitetônicos, Sítios Arqueológicos, Lugares de Bens Imateriais e Unidades de Conservação da Natureza. Destaca-se, também, a nossa atuação como

---

<sup>1</sup> Este artigo se baseia em trabalho publicado no 3º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil – Autenticidade em Risco, realizado em maio de 2019.

coordenador ou consultor de projetos e como membro de conselhos ou comitês da UNESCO, do ICOMOS-Brasil, do IPHAN, do IEPHA-MG, do CONEP-MG e do IEF-MG, dentre outras organizações. E, por fim, destacam-se outras disciplinas que concebemos e lecionamos, como a intitulada *Projetos para Preservação e Uso Sustentável do Patrimônio Cultural e Natural*, ofertada no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG e tendo como objetos de estudo e prática de projeto, acervos patrimoniais e, em especial, Paisagens Culturais que têm sido objetos de nossos projetos de pesquisa e extensão e de nossa atuação junto às citadas organizações.

## **AS PREMISSAS DA DISCIPLINA**

A disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas* tem definido e estruturado seu conteúdo programático e suas estratégias de ensino-aprendizagem a propósito de seus objetivos educacionais e, em especial, das premissas que são sumarizadas a seguir. Elas consistem em entendimentos teóricos e empíricos que preconizamos serem basilares na conservação do patrimônio cultural edificado – e, não raro, na conservação de outras categorias patrimoniais, tanto culturais quanto naturais.

### **Da determinação de bens patrimoniais e de sua conservação**

Em sociedades que têm como prática social o acautelamento de espaços, objetos e manifestações que consideram como portadores de valores relevantes – e aos quais a tradição neolatina denomina “bens patrimoniais” – tanto a determinação desses bens quanto a determinação de como conservá-los são processos que compartilham, via de regra, três aspectos notáveis. Primeiro, esses processos são essencialmente axiológicos – são *juízos de valor* – a despeito de qualquer esforço para dotá-los de absoluta objetividade e por mais que a conservação se apoie em ciências de base cartesiana e almeje ser, ela própria, uma ciência. Segundo, esses processos têm variadas motivações políticas e são adotados amiúde como expedientes que visam justificar, ou forjar, a coesão social e territorial de uma sociedade. Terceiro, esses processos têm grande potencial de impacto na produção do espaço e reprodução social e, em específico, nos valores de uso e de troca dos

bens patrimoniais e dos contextos socioespaciais onde estão inseridos, desempenhando, então, um papel capital na continuidade ou não do que é alçado a patrimônio e do que não é.

Portanto, os processos de determinação e de conservação de bens patrimoniais devem ser objetos de rigorosa análise, crítica e ponderação, em termos dos valores e critérios adotados, dos grupos e interesses envolvidos, de suas motivações, dos impactos potenciais e, em especial, dos modos de deliberação. Esses modos devem ser efetivamente democráticos e caracterizados, por óbvio, pela participação de todos que têm relação com a conservação dos bens, pelo protagonismo das comunidades diretamente relacionadas a eles e pela adoção de entendimentos sobre cultura e patrimônio mais inclusivos e afeitos à valorização da diversidade.

### **Do conceito antropológico de cultura**

Um traço distintivo da contemporaneidade consiste na profunda revisão pela qual passam longevos entendimentos acerca do que é natureza, do que é cultura e de suas relações. Essa revolução filosófica – cuja abrangência e efeitos nas percepções e valores humanos nos parecem os mais amplos e profundos desde o lançamento das bases da filosofia moderna por Descartes – é fruto de uma miríade de fatores objetivos e subjetivos e tem acarretado relevantes transformações nos modos de produção do espaço e reprodução social de, sobretudo, as sociedades urbano-industriais.

No que tange ao entendimento acerca do que é natureza, muitos dos protagonistas dessa revolução filosófica, como o Ambientalismo e o Culturalismo, têm demonstrado que seu significado não é universal, mas determinado pelos valores, sentidos, concepções e saberes de cada cultura. Mais ainda, eles têm evidenciado que ela determina as relações com o que entende por natureza – e se são sustentáveis ou não – e, por decorrência, têm contribuído para a difusão de entendimentos sobre cultura em consonância com o que preconiza a Antropologia e com a abrangência e potência da palavra “cultura” em sua origem etimológica. Ou seja, a cultura consiste em um sistema, essencialmente dinâmico, de produção e reprodução do conjunto de valores, sentidos, concepções, saberes, símbolos, linguagens, práticas e obras que é próprio a cada grupo e ser humano, que estrutura

sua existência e que determina, inclusive, o que ele entende por *real*. A cultura consiste no mais poderoso sistema de significação de um grupo ou ser humano em um dado tempo, determina seus modos de produção do espaço e reprodução social, e pode ser tomada como a representação mais completa de suas relações *consigo* e com o *outro*, com o que denomina como *natureza* e com o que entende como suas *divindades*. A cultura é expressão plena do ser humano e seu fundamento ontológico por excelência (TOFANI, 2008).

Contudo, é patente a resiliência da noção cartesiana de cultura, que ainda impera nas esferas privada e pública. Essa noção, bastante reducionista, parece ter raízes em limites conceituais e operacionais experimentados pelo Cartesianismo e consiste em um entendimento constituído *por exclusão* ou *por exceção*, uma vez que abrange praticamente todas as dimensões da existência humana de que não deu conta o afã cartesiano por verdades neutras, objetivas, cumulativas e universais. Assim sendo, o que se entende como cultura nessa tradição é um espaço onde se confina compulsoriamente tudo o que se supõe subjetivo, imponderável ou idiossincrático, tal como as manifestações artísticas, folclóricas e mitológicas que são objetos da maioria dos ministérios da cultura, secretarias da cultura e congêneres, no Brasil e além.

No âmbito patrimonial, as significativas diferenças entre as concepções cartesiana e antropológica de cultura redundam em critérios de determinação de bens patrimoniais igualmente diferentes. Por conseguinte, os acervos constituídos sob a égide de cada uma dessas racionalidades são também bastante diferentes, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, assim como o alcance da valorização e proteção da diversidade, tanto cultural quanto natural. Em outras palavras, enquanto a concepção cartesiana tende a acautelar apenas monumentos da história oficial e obras de arte que entende como excepcionais, a concepção antropológica tende a contemplar bens relacionados a cada e a todos os grupos participantes na formação e composição da respectiva sociedade, aí incluídos bens a que se denomina como “culturais materiais” ou “culturais tangíveis”, como “culturais imateriais” ou “culturais intangíveis”, e como “naturais” (TOFANI, 2008, 2021; TOFANI e BRUSADIN, 2020).

### **Do espaço enquanto base existencial**

O espaço enquanto *coisa-em-si* – detentora de pura objetividade, regida por leis próprias e desprovido de um significado – é mero conteúdo e/ou continente de outras *coisas-em-si*. Como tal, ele carece de *realidade*, pois o que o ser humano entende como *real* é tão somente aquilo que seu olhar retira “do limbo do inexistente, do inominado” e sua palavra dá “ao mundo sensível, ao existencial” (TOFANI, 2021, p.196). Para aquém desse ato fundante da *realidade*, nada *existe*.

Este entendimento, assumidamente fenomenológico, permite afirmar, inclusive, que não existe uma *natureza natural*, pois o ato de nominar algo como “natureza” ou “natural” é um ato eminentemente cultural. “Ele atribui a algo um significado que, como todo e qualquer significado, é culturalmente referenciado. E, ao fazer isso, o ato de nominar culturaliza, de imediato, o que é nominado” (TOFANI, 2021, p.196). Sendo assim, tanto a *natureza* quanto qualquer objeto concreto ou abstrato que é designado por uma palavra são, em essência, um constructo cultural. Ou como ensinou Riobaldo, herói trágico de Guimarães Rosa, “Sertão: é dentro da gente” (ROSA, 2001, p.325).

Nesse sentido, um espaço é existencial quando um grupo ou ser humano lhe atribui um valor, sentido ou concepção – e é alçado a base existencial quando se torna lugar ou território de uma prática ou obra fundamental para um grupo ou ser humano. A constituição de um espaço enquanto base existencial se dá, também e em especial, quando sua materialidade é transformada por mãos humanas, quando se torna obra de uma cultura, por meio de seus saberes, símbolos e linguagens, de modo a abrigar suas práticas e/ou obras e a concretizar seus valores, sentidos e concepções.

Portanto, ao produzir tal base existencial, o ser humano produz um espaço onde crê ser possível a consumação de sua existência enquanto ser vivo e, tanto ou mais, onde suas verdades estejam ou possam estar concretizadas na matéria, onde possa ver a origem e a trajetória de seus antepassados, onde possa vislumbrar um destino e uma trajetória para seus descendentes, onde possa experimentar sua vida como significativa, onde possa verdadeiramente habitar.

Ao concretizar e vivenciar valores, sentidos e concepções no espaço, o ser humano nele deposita algo de si, com ele se identificando e a ele pertencendo. Assim, as *coisas da natureza* tornam-se *coisas da cultura*; assim, a pedra, o barro e a madeira

transcendem sua mera materialidade e são capazes de falar daqueles que as tocaram; assim *reconstruímos no deserto o paraíso perdido* (TOFANI, 2008, 2021).

Enfim, o espaço existencial é produto de um ato de cultura, de um ato criativo – e a compreensão desse espaço exige conhecer, para além de sua materialidade, os valores, sentidos e concepções que ele concretiza, as práticas e obras que ele abriga e os saberes, símbolos e linguagens adotados para tanto. Essas dimensões devem ser, especialmente no trato patrimonial, objetos de identificação e documentação, de preservação e uso sustentável e, se for o caso, de intervenções como a restauração, a reabilitação e/ou a requalificação (TOFANI e BRUSADIN, 2020).

### **Da interdependência e indissociabilidade entre bens patrimoniais**

A expressão “produção do espaço e reprodução social”, necessariamente indivisa e dialógica, reconhece a relação de interdependência ou, mesmo, de indissociabilidade que há entre esses dois atos e efeitos fundamentais para a existência humana. Ou seja, a produção do espaço (entendida em seus sentidos objetivos e subjetivos e em suas dimensões naturais e culturais) é, a um só tempo, causa e consequência da reprodução social e, concomitantemente, a reprodução social (também entendida em seus sentidos objetivos e subjetivos e em suas dimensões naturais e culturais) é, a um só tempo, consequência e causa da produção do espaço.

Nesse sentido, é espaço produzido não apenas aquele que tem sua materialidade original bastante transformada por um grupo social – como muitas cidades e arquiteturas. É também espaço produzido aquele que, mesmo tendo sua materialidade pouco ou nada transformada, é lugar ou território de ato ou efeito, objetivo ou subjetivo, necessário à reprodução de um grupo social – aí incluídos, por exemplo, uma floresta onde se pratica a caça e coleta, um recife onde se pratica a pesca, uma montanha onde se crê habitar uma divindade.

Portanto, todos os espaços, objetos e manifestações alçados a bem patrimonial têm relações de interdependência e/ou indissociabilidade com outros espaços, objetos e/ou manifestações do respectivo grupo social – ou tinham, antes que elas fossem rompidas por algum fenômeno desagregador. Em face disto, o acautelamento de algo – seja rotulado como “bem cultural material”, “bem cultural imaterial”, “bem

natural” ou o que seja – exige a observância dessas relações, requer o reconhecimento dos valores sociais atribuídos ao bem pelos papéis que desempenha nelas e, eventualmente, impõe tanto o acautelamento de outros espaços, objetos e/ou manifestações que protagonizam essas relações quanto a sua conservação integrada. Caso contrário, a própria patrimonialização pode, paradoxalmente, desempenhar o papel de fenômeno desagregador referido acima, pois seu esforço pela salvaguarda do bem pode redundar, inadvertidamente, na supressão de seus papéis e valores sociais tradicionais, na perda de seu sentido na produção do espaço e reprodução social tradicionais e, por conseguinte, na sua extinção.

Por todo o mundo, avançam a observância das relações de interdependência e indissociabilidade entre bens patrimoniais, o reconhecimento de seus valores específicos, o acautelamento sistêmico e a conservação integrada – em que pese a resiliência das abordagens meramente disciplinares, dos fetiches e compulsões taxonômicas e dos mitos da *imaterialidade* e da *natureza intocada*. No Brasil, esses avanços têm como expressões por excelência: os bens tombados como Paisagem Cultural, uma vez que entendidos como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (nos termos da Portaria nº. 127/2009 do IPHAN, que institui a chancela da Paisagem Cultural brasileira); os bens registrados como Lugares, a exemplo de “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (nos termos do Decreto nº. 3.551/2000, que institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial brasileiros); e os bens acautelados como Reservas Extrativistas, pois são “área utilizada por populações extrativistas tradicionais” na qual se deve “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (nos termos da Lei nº. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC).

### **Da conservação enquanto preservação e uso sustentável**

A conservação de bens patrimoniais exige a salvaguarda da integridade de seus principais atributos físicos e simbólicos contra fenômenos antrópicos e naturais



potencialmente lesivos e – a um só tempo e de maneira sustentável – a destinação desses bens a finalidades que os permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em específico, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados.

Este entendimento se deve ao fato de que a sustentabilidade da relação entre salvaguarda e destinação – ou, em termos mais específicos, a preservação e uso sustentável – consiste na melhor garantia de que o bem será permanentemente conservado pela respectiva sociedade, pois ocupa um lugar privilegiado não apenas em sua história e memória (seu *passado*), mas também em sua existência cotidiana (seu *presente*) e, por extensão, em seus projetos para o porvir (seu *futuro*).

Todavia, alcançar a sustentabilidade nessa relação – estruturalmente dinâmica e delicada – consiste em uma tarefa bastante complexa, que impõe, entre outros cuidados, a constante observância de, por um lado, a tendência da preservação à *permanência* (e a acarretar eventuais prejuízos ao desenvolvimento social) e, por outro lado, a tendência do uso à *transformação* (e a acarretar eventuais prejuízos à integridade dos principais atributos do bem). Isso exige, portanto, que o bem patrimonial receba um uso que seja compatível com seus atributos a serem preservados e, em muitos casos, que ele seja objeto de intervenções socioespaciais que o adequem a esse uso, sem, por óbvio, lesar tais atributos.

### **Das comunidades depositárias ou guardiãs**

No Brasil, as comunidades diretamente associadas a bens patrimoniais são denominadas “comunidades depositárias” e, de maneira crescente, “comunidades guardiãs”. Isso se deve, em grande medida, à Constituição Federal de 1988 adotar, para acautelamento do patrimônio cultural brasileiro, o conceito de função social da propriedade – que não suprime o direito a ela, mas limita sua utilização em função do interesse coletivo – e criar a figura do compartilhamento da responsabilidade pelos bens patrimoniais entre o Poder Público e as respectivas comunidades – que recebem *em depósito* esses bens e colaboram *em sua guarda*.

As comunidades depositárias ou guardiãs de bens patrimoniais e, em particular, seus proprietários, locatários, cessionários e usuários desempenham um papel capital na sua conservação e, em específico, na sua preservação e uso sustentável,

pois são, em geral, os atores sociais com relações mais constantes com os bens – quando não são uma condição precípua para sua existência, à maneira do que ocorre com muitas produções vernáculas. No entanto, se o papel desempenhado por essas comunidades na conservação tende a ser altamente positivo quando ela é compatível com seus valores e modos de produção do espaço e reprodução social, ocorre o oposto quando a conservação é incompatível. Ou seja, modos de conservação que causam alterações estruturais nas relações tradicionais das comunidades com um espaço, objeto ou manifestação que é alçado a patrimônio, podem provocar a perda de seu sentido para as comunidades e acarretar seu abandono ou, mesmo, sua destruição.

Pior, a patrimonialização de assentamentos, lugares e territórios tradicionais de diversas comunidades – pareada com a imposição de modos de conservação incompatíveis e a introdução do turismo receptivo de base não local – têm sido responsabilizadas por uma sucessão de fenômenos ainda mais nefastos: a expulsão econômica dessas comunidades dos espaços patrimonializados e turistificados, a extinção de suas relações tradicionais com esses espaços e de tudo que delas dependia e, por fim, o desmantelamento das comunidades e a *cenarização* dos espaços (TOFANI, 2008; TOFANI e BRUSADIN, 2020).

A conservação de bens patrimoniais exige, portanto, sólidos conhecimentos não apenas acerca dos atributos dos bens, mas também conhecimento dos valores e modos de produção do espaço e reprodução social das comunidades depositárias ou guardiãs – e efetivo comprometimento com elas.

### **Do acesso a bens patrimoniais**

Como reconhecem estudiosos e organizações dedicadas à conservação do patrimônio tanto cultural quanto natural, só conservamos o que nos é significativo e, para algo ser significativo, é necessário que seja compreendido e, sempre que possível, vivenciado. Este entendimento traduz uma condição basilar da conservação, ou seja, que quanto maiores forem a compreensão e a vivência de um bem patrimonial, maiores serão seu valor social e a ação política por sua perpetuação. E mais, impõe-se, então, proporcionar acesso qualificado ao bem por

parte de todos que possam contribuir, direta ou indiretamente, para sua conservação.

Isso pode se dar por meio de duas categorias de acesso que, não obstante terem relativa autonomia, alcançam sua máxima potência quando experimentadas conjuntamente. A primeira categoria, à qual denominamos “acesso abstrato”, consiste em publicações e mídias voltadas a diferentes públicos, oferecidas em diversos formatos e contendo dados e análises que possibilitem a compreensão de todos os atributos do bem ou, pelo menos, de seus principais. A segunda categoria, à qual denominamos “acesso concreto”, consiste em infraestruturas e serviços que possibilitem, também a diferentes públicos, a vivência do bem patrimonial ou, pelo menos, de suas dimensões públicas. O acesso concreto deve se ater à capacidade de carga do bem e, se for o caso, ser franqueado apenas aos seus depositários ou guardiões.

Portanto, em se tratando de acervos patrimoniais constituídos por uma grande diversidade de bens, com elevada interdependência e/ou indissociabilidade, a dotação de acesso geralmente resulta, no que tange ao acesso abstrato, em publicações e mídias interdisciplinares e, no que tange ao acesso concreto, em redes de infraestruturas e serviços que podem ter considerável extensão espacial e variedade de elementos – à maneira, por exemplo, de um número crescente de “museus de território” no Brasil e no exterior.

### **Da complexidade da preservação e uso sustentável**

Alcançar sustentabilidade na relação estruturalmente dinâmica e delicada entre a preservação e o uso de bens patrimoniais consiste em uma tarefa assaz complexa devido, principalmente, à grande variedade e variabilidade de fatores envolvidos. Isso inclui: os atributos físicos e simbólicos do bem; os valores conferidos a ele; as motivações de sua conservação; as características e demandas das comunidades depositárias ou guardiãs e de outros atores sociais com interesse nos bens; os diversos entendimentos sobre patrimônio e as variadas teorias e práticas de conservação; as legislações e normas aplicáveis; os modos e instâncias de deliberação; os impactos na produção do espaço e reprodução social; e, até mesmo, fatores como as mudanças climáticas globais. Como se não bastasse, a busca por

sustentabilidade ganha contornos ainda mais intrincados quando os bens patrimoniais estão em contextos padecendo de prolongado declínio econômico ou acelerado crescimento econômico; em contextos afligidos por grande desigualdade social e política; em contextos em que eles estão sob a esteira de atividades econômicas predatórias, tal como diversas modalidades de mineração, de industrialização, de urbanização e de turismo; em contextos com estatutos legais e normativos inadequados para o trato patrimonial; e em contextos em que os bens patrimoniais são objetos de abordagens meramente disciplinares, a despeito da natureza interdisciplinar da conservação.

A preservação e uso sustentável do patrimônio cultural e natural consiste em um processo permanente que depende, antes de tudo, de sociedades comprometidas com os valores democráticos e os valores de sustentabilidade social, econômica e ambiental preconizados, por exemplo, pela Organização das Nações Unidas, por meio de seus *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Isto requer a adoção de uma visão em longo prazo, assim como de arcabouços teórico-metodológicos capazes de pautar efetivamente as complexas atividades de identificação e documentação dos bens patrimoniais e de suas relações, de planejamento e gestão da conservação, de produção e implantação de planos de preservação e uso sustentável e, eventualmente, de elaboração e execução de projetos de intervenções com vistas à restauração, reabilitação e/ou requalificação dos bens patrimoniais.

### **Da interdisciplinaridade da preservação e uso sustentável**

A preservação e uso sustentável do patrimônio cultural e natural exige conhecimentos, habilidades e competências de conservação disciplinares e, sobretudo, atitudes, arcabouços teórico-metodológicos e processos de conservação interdisciplinares. Todavia, deve-se lembrar que a interdisciplinaridade não consiste em uma mera soma de esforços disciplinares, e que tal soma dificilmente resulta, por si só, na preservação e uso sustentável do patrimônio.

A interdisciplinaridade exige, isto sim, que as disciplinas envolvidas compartilhem uma base teórico-metodológica que possibilite a integração da geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos, habilidades e

competências. Essa base consiste nos principais entendimentos advindos das teorias e práticas da conservação – um conjunto interdisciplinar por excelência, que não há como ser reivindicado, legitimamente, como exclusividade de qualquer disciplina.

### **Da alteridade e suas dimensões**

A conservação dos bens que constituem o patrimônio de uma sociedade deve ser fundamentada, de modo a atingir sua plenitude, no entendimento de que o verdadeiro encontro com um Outro é uma experiência com duas dimensões e uma essência. Uma dimensão *horizontal*, objetiva, dada pelo deslocamento no espaço e no tempo que possibilita nos pormos diante do Outro; e uma dimensão *vertical*, subjetiva, dada pelo deslocamento existencial, transcendente, que advém da compreensão desse Outro. Todo encontro com um Outro – e a própria conservação – para alcançarem sua plenitude, devem ser, em essência, um exercício de alteridade (TOFANI, 2008).

Ou como escreveu Jacques Brosse (1987), em um sensível ensaio sobre os grandes viajantes de outrora, “esta é a moral de todas as viagens. Só são bem-sucedidas se o viajante, que partiu em busca do Outro, chega a se identificar com ele” (p.5).

### **O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA**

A disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, de modo a alcançar seus objetivos educacionais e em consonância com as premissas sumarizadas no tópico anterior, adota, como já destacado, um conteúdo programático e estratégias de ensino-aprendizagem com elevado grau de interdisciplinaridade.

Essas estratégias incluem aulas expositivas e seminários, realizados nos dois primeiros terços da disciplina, com vistas à transmissão-aquisição de diversos conteúdos teóricos e empíricos, bem como um dinâmico workshop, realizado em seu último terço, com vistas a cada estudante apresentar, analisar, criticar, debater e produzir um artigo sobre um caso de restauração, reabilitação e/ou requalificação do

patrimônio cultural edificado – aí incluídos Bens Arquitetônicos, Sítios Urbanos Tombados, Sítios Arqueológicos, Paisagens Culturais e, até mesmo, algumas modalidades de Lugares de Bens Imateriais e Unidades de Conservação da Natureza. A escolha do caso fica a cargo do estudante, porém sempre incentivamos que tenha relação com suas pesquisas.

O conteúdo programático da disciplina, por sua vez, é definido e estruturado de maneira a proporcionar aos estudantes a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos sobre cultura, patrimônio e conservação de bens patrimoniais e, depois, sobre conservação do patrimônio cultural edificado e, em específico, teorias e práticas de restauração, reabilitação e requalificação. Correspondentemente, isso redundará em dois blocos de conteúdos teóricos e empíricos que são tratados nas aulas expositivas e seminários, aplicados no workshop e sumarizados a seguir.

### **Bloco 1: Cultura, Patrimônio e Conservação**

Conteúdo 1.1: O conceito antropológico de cultura e a produção e reprodução do *real*

O primeiro momento da disciplina versa sobre a profunda revisão, na contemporaneidade, de longevos entendimentos acerca do que é natureza, do que é cultura e de suas relações, bem como debate as principais teses que buscam explicar seu *ethos* e *logos*. A saber: as questões da capacidade de carga da biosfera e as inquietações neomalthusianas sobre os limites do crescimento demográfico e econômico global; o entendimento do planeta enquanto uma unidade biodiversa potencialmente vulnerável a ações antrópicas pontuais e a ampliação dos conflitos e compromissos em escala mundializada; a eclosão de novas formas de produção do capital e o avanço de sistemas com pretensões hegemônicas globais; a ampliação do poder corporativo transnacional e a fragilização do Estado-nação; a exacerbação dos embates entre esferas públicas e privadas e o fortalecimento dos movimentos sociais e organizações não governamentais; a expansão da *mass media* e a revolução proporcionada pela Internet na desterritorialização da produção e reprodução de conhecimentos, de ideias, de relacionamentos, de ações políticas etc.; as conclusões do Projeto Genoma Humano, pondo abaixo a equivocada noção de *raças humanas* e dando um basta científico ao seu uso político; os avanços e

limites da filosofia e ciência de base cartesiana e a eclosão do ideário transdisciplinar; as questões dos direitos à vida, à liberdade e à igualdade e as questões da conservação da tradição, da memória e do patrimônio de cada grupo social; e, sobretudo, o reconhecimento do papel central desempenhado pela cultura em todos esses âmbitos.

Na sequência, a disciplina trata as principais concepções de cultura hoje, confrontando a noção cartesiana, algo reducionista e ainda bastante arraigada nas esferas privada e pública, com o conceito antropológico, adotado crescentemente e consonante com a abrangência e potência da palavra “cultura” em sua origem etimológica no verbo latino *colo* e seus participios *cultus* e *culturus*. Esse verbo significa cultivar, preparar, praticar, exercer, cuidar, proteger, respeitar, estimar, venerar, adorar, amar, honrar e habitar (FIRMINO, 1950c.) e, como tal, denota o conjunto de atos e efeitos mais essenciais à existência humana e, em particular, à produção do espaço e reprodução social e à construção dos sentidos de memória, de patrimônio e de educação, no presente, no passado e no futuro.

É tratado, então, o conceito de espaço existencial e, para tanto, parte-se da análise etimológica da palavra “existencial”, originária do latim *ex-sisto*, no qual o radical *ex* indica ação de tirar algo para fora, movimento para fora, matéria de que algo é feito, tempo desde quando foi feito e transformação, ao passo que o verbo *sisto* significa permanecer, manter, sustentar, parar, fixar, pousar, cravar, conter (FIRMINO, 1950c.) – resultando da fusão desses termos algo antagônicos o entendimento de que é existencial tudo aquilo que é conduzido de dentro para fora, para o mundo concreto, para o mundo sensível, para o mundo dos sentidos humanos – e embora permanecendo fora, continua intrinsecamente vinculado à sua fonte original. Ou seja, são existenciais os espaços e, também, os objetos e manifestações que concretizam e expressam valores, sentidos e concepções de quem os produziu por meio de seus saberes, símbolos e linguagens.

Por decorrência, revisita-se e se aprofunda, em meio a esses estudos, os conceitos ou sentidos de espaço e tempo, lugar e território, identidade e pertencimento e, por fim, trata-se a questão de que a concretização de valores, sentidos e concepções no mundo sensível, por meio de saberes, símbolos e linguagens implica criação – e que sua compreensão implica conhecimento.

Conteúdo 1.2: As permanências e transformações do conceito de patrimônio

O segundo momento do bloco *Cultura, Patrimônio e Conservação* trata a questão da variedade e variabilidade de conceitos de patrimônio e, devido à preponderância do vínculo histórico do Brasil à tradição neolatina, seu estudo é enfatizado, em termos de valores e critérios adotados, de categorias patrimoniais e escopos, de legislações e políticas, de instituições e instrumentos, de direitos e deveres, e da relação público-privado. Nesse sentido, especial destaque é dado ao Movimento Modernista brasileiro e à ideia de *brasilidade*; ao Estado Novo getulista e à apropriação de elementos de memória e patrimônio nacionais enquanto base de narrativas para justificar a coesão social e territorial brasileira; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937, o Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937 e a estatização do patrimônio; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sua *fase heroica* e sua atuação na valorização e conservação do que elegera patrimônio nacional e na desvalorização e destruição de manifestações tidas como *menores* ou *ilegítimas*; a ideia de *cidade-monumento* e a ideia de *cidade-documento*; o *paradoxo preservacionista* em contextos com prolongado declínio econômico ou acelerado crescimento econômico; o *paradoxo estadonovista* em contextos com grande desigualdade social e política; o *paradoxo do turismo*.

Finalmente, é tratada a expansão global dos conceitos de patrimônio e seus respectivos escopos, a partir do último quartel do século XX. Suas principais motivações são elencadas e debatidas e, para além do papel capital desempenhado pela revisão dos entendimentos sobre a natureza, a cultura e suas relações, destaca-se: a maneira como os Estados-nação têm lidado com a memória dos diversos grupos sociais que os compõem; as relações entre a globalização, a mediatização e a massificação; as novas formas de reprodução do capital e suas simbioses econômicas com a *mass media* e o turismo; e, até mesmo, as muitas incertezas e ameaças de nosso tempo e a busca de um refúgio ou sentido no culto das *coisas do passado*.

### Conteúdo 1.3: A conservação de bens patrimoniais, hoje

O terceiro e último momento do bloco *Cultura, Patrimônio e Conservação* é dedicado ao estudo dos principais entendimentos teóricos e empíricos acerca da conservação de bens patrimoniais na contemporaneidade. Referentes e aplicáveis tanto a bens do patrimônio cultural quanto a bens do patrimônio natural, esses entendimentos consistem nas premissas da disciplina, sumarizadas anteriormente, e são elencados



e debatidos nesse momento, de modo a fundamentarem o segundo bloco da disciplina, dedicado à conservação de bens do patrimônio cultural edificado e, em específico, às teorias e práticas de restauração, reabilitação e requalificação.

## **Bloco 2: Conservação do Patrimônio Cultural Edificado**

Conteúdo 2.1: A formação das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado

O primeiro momento do segundo bloco de conteúdos da disciplina é dedicado ao estudo da formação das teorias e práticas de conservação a partir do Renascimento, especialmente na Itália quatrocentista, posto que foi *locus* da eclosão do entendimento e culto das *coisas do passado* enquanto objetos sociais dotados de grande valor cultural, bem como da própria ideia de conservação. Como se demonstra, esse fenômeno foi motivado pelas transformações filosóficas ocorridas no período, pelo surgimento de uma nova noção de tempo, memória e história e pelo despertar de um grande interesse pela Antiguidade Clássica – o que motivou algumas das primeiras medidas legais de acautelamento de monumentos no Ocidente, na forma de bulas e breves papais visando à conservação de legados da Antiguidade Clássica romana.

Avançando-se, são tratadas as contribuições para a conservação proporcionadas por eruditos e colecionadores europeus denominados *humanistas* e *antiquários* e, a partir do século XVIII, as contribuições proporcionadas pelo Iluminismo e o Neoclassicismo e por disciplinas, como principalmente a Arqueologia, que ganhavam suas feições modernas, desestimulavam o tratamento dos bens como *gabinete de curiosidades*, motivavam e fundamentavam expedições científicas para muito além da Europa e seriam responsáveis, inclusive, por potencializar o que pode ter sido o primeiro caso de turismo cultural internacional em bases regulares: o notório *Grand Tour*.

Alcança-se, então, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, quando são estudadas as profundas transformações sociais e espaciais que acarretaram a “ruptura traumática do tempo” (CHOAY, 2001, p.136), a eclosão do Romantismo, a elevação dos monumentos históricos à condição de insubstituíveis e a centralidade da conservação nas questões de Estado de muitas potências europeias. Especial

ênfase é dada à destruição sistemática de monumentos, obras de arte e documentos relacionados aos poderes monárquico, clerical e feudal, por conta das revoluções ocorridas na França nos séculos XVIII e XIX – bem como às contribuições para sua preservação proporcionadas, primeiro, pelo político e abade francês Henri Jean-Baptiste Grégoire (1750-1831), por meio de seus estudos e críticas sobre *le Vandalisme*; segundo, pela Convenção Nacional francesa, por meio de *Instructions Publiques*, após o período conhecido como *La Terreur* (1793-1794); e, terceiro, pelo aclamado escritor e poeta Victor Hugo (1803-1885), por meio de obras como o clássico *Notre-Dame de Paris*, publicado originalmente em 1831, e seu artigo *Guerre aux démolisseurs*, publicada na conceituada *Revue des Deux Mondes*, em 1832.

A eclosão, no século XIX, da ideia da restauração enquanto ato cultural visando à conservação de um bem do patrimônio edificado é tratada através do estudo das doutrinas intervencionista e antintervencionista, de seus mais notórios representantes e do acalorado debate que protagonizaram e motivaram na Europa oitocentista.

Nesse sentido, estuda-se primeiramente os trabalhos do arquiteto e medievalista francês Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), principal nome da doutrina intervencionista, que preconizou em seu *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*, publicado em dez volumes entre 1854 e 1868, que “restaurar um edifício [...] é restabelecê-lo em um estado completo que pode jamais ter existido em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.29). Viollet-le-Duc praticou tal busca por um *pretérito mais-que-perfeito* em intervenções em dezenas dos mais importantes bens do patrimônio edificado francês – muitos severamente danificados ou arruinados pela Revolução Francesa e pela Revolução de 1830 – por meio de reconstituições baseadas em conjecturas sobre o passado, de reconstruções de ruínas e de *correções* de concepções arquitetônicas e sistemas construtivos pretéritos que ainda subsistiam nesses bens.

Em oposição à Viollet-le-Duc, estuda-se o escritor, artista e crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900), um dos nomes mais profícuos e aclamados do Romantismo, reconhecido por sua defesa da primazia do valor cultural da cidade tradicional e da arquitetura doméstica em relação ao valor histórico e artístico do monumento, por seu papel na vanguarda da conservação ambiental e da

responsabilidade intergeracional e, como deixou registrado em obras como *The Seven Lamps of Architecture*, publicada em 1849, por sua crítica ferrosíssima às restaurações conjecturais leducianas – à quais acusava de serem uma arbitrariedade mentirosa e destrutiva – e por sua defesa intransigente de que os edifícios devem ser objeto, no máximo, de manutenção (RUSKIN, 2008).

A busca por uma abordagem dialética e reelaboração crítica dos entendimentos antagônicos das doutrinas intervencionista e antintervencionista é tratada pela disciplina em seguida, destacando-se, inicialmente, o arquiteto e engenheiro romano Camillo Boito (1836-1914) e suas contribuições capitais para a fundamentação e estruturação das principais teorias e práticas de conservação, desde então. A doutrina de consenso boitiana – exposta na conferência que proferiu na *Esposizione Generale Italiana* de 1884 e em relatórios e publicações como o livro *Questioni Pratiche di Belle Arti* de 1893 – receberia crescente adesão, pautaria legislações e cartas patrimoniais voltadas a bens edificados e está materializada em inúmeros bens que foram objeto de intervenções realizadas sob seus auspícios. Essa doutrina incluía um conjunto de princípios de intervenção que preconizava: o respeito à autenticidade do bem e a rejeição a reconstituições conjecturais e qualquer intervenção que a corrompesse, ocultasse ou destruísse; a conservação da pátina e dos acréscimos do tempo ao bem e, excepcionalmente, a remoção de intervenções prejudiciais a sua autenticidade; a manutenção como principal medida de conservação do bem e a admissibilidade da restauração como medida extrema; a inadmissibilidade do arruinamento do bem; a obrigatoriedade da consolidação de ruínas por meio de técnicas que minorem o processo de arruinamento; a admissibilidade do preenchimento de lacunas em um bem, quando se dispõe de informações objetivas sobre as características do que lá havia; a observância das singularidades de cada caso de intervenção, tendo ela que se ater e se limitar ao conhecimento sobre as características pretéritas do bem; a limitação da intervenção ao mínimo necessário; e a explicitação das adições de modo a se distinguirem das partes originais e não falsearem o estado do bem – explicitação essa a ser realizada conforme orientações que também eram preconizadas por Boito e são, em sua maioria, adotadas até os dias de hoje (BOITO, 2008).

O ingresso no século XX se dá por meio do estudo das contribuições do historiador da arte austríaco Alois Riegl (1858-1905), que demonstrou em sua obra *Der*

*moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, publicada em 1903 – que todo monumento é, em essência, um objeto social. Como tal, sua compreensão e conservação exigem que se entenda os valores atribuídos a ele, no presente e no passado, pois não são absolutos e imutáveis, mas relativos e determinados por especificidades culturais dos grupos sociais que o têm ou o tiveram como objeto. Riegl, em oposição frontal a noções e crenças longevas que ainda perseveravam na História da Arte – como a existência de *cânones artísticos universais*, de *artes maiores e artes menores* e de *decadência artística* – demonstrou, também, que cada monumento é produto e representação de um contexto histórico-estético específico e de uma sensibilidade e vontade artística também específica. Pautando-se por esses entendimentos pioneiros, Riegl propôs que a compreensão e a conservação dos monumentos se dessem em conformidade com os valores que lhes são atribuídos e elaborou um refinado modelo de classificação axiológica de monumentos que os organizava segundo duas categorias e respectivas subcategorias: os dotados de “valores de memória” (“valor de antiguidade”, “valor histórico” e “valor de comemoração”) e os dotados de “valores de atualidade” (“valor utilitário” e “valor de arte” com “valor de novidade” e com “valor relativo”) (RIEGL, 2014).

Sem perder de vista as contribuições de autores como o arquiteto e engenheiro italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947) e o historiador da arte tcheco-austríaco Max Dvořák (1874-1921), trata-se o movimento denominado *Restauro Crítico*, sua ênfase na singularidade e especificidade de cada intervenção, e seus principais pensadores. Dentre eles, é destacado o historiador e crítico de arte italiano Cesare Brandi (1906-1988) e suas contribuições por meio, em especial, de seu livro *Teoria del Restauro*, publicado em 1963. Essas contribuições incluem a enunciação filosófica mais ampla e sistemática que deu à restauração, entendida por ele como “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2008, p.30). Suas contribuições incluem, também, axiomas que preconizam, em síntese, que a restauração é um ato que se ocupa da matéria da obra de arte apenas, visa ao restabelecimento de sua unidade potencial, deve ostentar a marca de seu tempo, não pode cometer um falso artístico ou histórico, e não deve cancelar traços da passagem do tempo. Por fim, as contribuições de

Brandi incluem importantes princípios práticos, primeiro, sobre a distinguibilidade da intervenção reintegrativa, “invisível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecível de imediato [...] quando se chega a uma visão mais aproximada” (p.30); segundo, sobre a insubstituibilidade da matéria “quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem” e “a maior liberdade de ação no que se refere aos suportes, às estruturas portantes” (p.48); e, terceiro, sobre a retratabilidade de uma intervenção “que não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (p.48).

Finalizando esse conteúdo, a disciplina trata as principais Cartas Patrimoniais dedicadas a bens edificados e produzidas a partir do ano de 1931, quando se elaborou a *Carta de Atenas* sobre conservação e restauração de monumentos históricos, na Conferência do Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações.

Conteúdo 2.2: A conservação do patrimônio cultural edificado, hoje: alguns conceitos e muitas confusões

Nesse segundo momento do bloco *Conservação do Patrimônio Cultural Edificado*, é aprofundado o estudo de alguns conceitos fundamentais no trato de tais bens, de modo a esclarecer as origens, acepções e aplicações desses conceitos e, assim, evitar alguns equívocos, imprecisões e simplificações que podem ser observadas em diversas produções bibliográficas e técnicas e, até mesmo, em normas e legislações.

Nesse sentido, busca-se demonstrar inicialmente que a maior parte dos conceitos de conservação e de restauração adotados hoje tem raízes, em primeiro lugar, no antagonismo entre as doutrinas intervencionista e antintervencionista e conseqüente disseminação da ideia de que a restauração e a conservação se opõem; e, em segundo lugar, na busca por uma abordagem dialética e reelaboração crítica dessas doutrinas e conseqüente disseminação da ideia de que a restauração e a conservação, mesmo sem perder de todo a oposição que lhes foi atribuída antes, podem se harmonizar sob denominações como “conservação e restauração”, “conservação-restauração” e congêneres. Curiosamente, até críticos das ditas *teorias clássicas* têm dificuldades de superar essa dicotomia, como é o caso do estudioso espanhol Salvador Muñoz Viñas (1963-) que defende que a restauração

engloba a conservação e, por tal primazia, a palavra deve ser grafada com a letra inicial maiúscula, ou seja, como “Restauración” (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p.18).

Dentre os estudiosos e organizações que, como nós, preferem não adotar estas denominações, parece-nos que a maioria comunga a ideia de que a conservação consiste *lato sensu* no processo – ou conjunto de ações continuadas – que é realizado por um grupo ou ser humano com vistas a perpetuar algo. Portanto, a conservação<sup>2</sup>, no âmbito patrimonial, pode ser entendida como o processo realizado com vistas a perpetuar o que se entende como os principais atributos de um bem. A conservação consiste em um valor de continuidade, implica a permanente manutenção do bem e, conforme as circunstâncias, implica ou não ações de restauração e/ou de preservação – que, por sua vez, não se opõem a ela e não são sinônimos dela. A conservação, assim entendida, é um processo *atemporal*.

Tal conceito de conservação exige – por suas correlações com a preservação, a manutenção e a restauração, inclusive em seu enunciado – que também as conceituemos por meio de um mesmo esforço epistemológico e etimológico. Isso é realizado na disciplina e desse esforço resulta que a preservação<sup>3</sup>, no âmbito patrimonial, pode ser entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio da salvaguarda de seus principais atributos contra potenciais ameaças e danos futuros. Trata-se, portanto, de um processo com *ênfase no futuro*. Já a manutenção<sup>4</sup>, no âmbito patrimonial, pode ser entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do cuidado concreto e cotidiano de sua matéria e de suas condições de uso e usufruto. A manutenção deve minorar a necessidade de restauração do bem. Trata-se, portanto, de um processo com *ênfase no presente*. Por sua vez, a restauração<sup>5</sup>, no âmbito patrimonial, pode ser

---

<sup>2</sup> A palavra “conservação” tem origens no latim *con-servatio* (ato ou efeito de *con-servo*), onde o verbo *servo* significa “salvar, livrar, guardar, proteger, observar, olhar, vigiar, guardar-se, permanecer, habitar, reservar” (Firmino, 1950c., p.530) e a preposição *cum* rege ablativos de companhia, pois responde à pergunta *com quem?* e, sobretudo, rege ablativos de maneira, pois responde à pergunta *como?* (Firmino, 1950c., p.528-531).

<sup>3</sup> A palavra “preservação” tem origens no latim *præservatio* (ato ou efeito de *præservo*), onde o verbo *servo* significa “salvar, livrar, guardar, proteger, observar, olhar, vigiar, guardar-se, permanecer, habitar, reservar” (Firmino, 1950c., p.530) e o prefixo *præ* “designa adiantamento (*præpendeo* ou pender para diante), situação na extremidade (*præcordium* ou peito), acção de preceder (*præcedo* ou anteceder, caminhar adiante), superioridade (*præpotens* ou onipotente), preferência (*præpono* ou prepôr, preferir)” (Firmino, 1950c., p.445).

<sup>4</sup> A palavra “manutenção” tem origens no latim *manu-tentio* (ato ou efeito de *manu-teneo*), onde o verbo *teneo* significa “segurar, agarrar, possuir, adquirir, ganhar, cativar, deleitar, tomar, conservar, ocupar, pegar, prender, reter, suspender, vedar, parar, ficar, manter, observar, compreender, sustentar” (Firmino, 1950c., p.338) e o substantivo *manus* significa “mão, mão armada, combate, peleja, [...] trabalho, indústria” (Firmino, 1950c., p.338).

<sup>5</sup> A palavra “restauração” tem origens no latim *restauratio* (ato ou efeito de *restauro*), onde o prefixo *re* é “part. inseparável que, junta às palavras, designa: retrocesso, para trás (recedo, rejeição); reciprocidade, resposta, oposição (reboo, reclamo, repugno); renovação (relevo); reduplicação (reviso)” (Firmino, 1950c., p.486) e o verbo *stauro*, do proto-indo-europeu, significa levantar, erguer, estado, status.

entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do restabelecimento de sua matéria a um estado anterior conhecido. A restauração deve terminar quando começa a hipótese, pois se rejeita intervenções conjecturais, e ter caráter excepcional, pois se deve priorizar a manutenção do bem. Trata-se, portanto, de um processo com *ênfase no passado*.

Esta acepção de restauração, deve-se destacar, reconhece a redução contemporânea de sua longa acepção original, abarcando praticamente toda e qualquer intervenção em um bem edificado. Tal redução de acepção se deve a uma série de fatores tanto históricos e sociais quanto teóricos e empíricos, que inclui a necessidade de se tratar o rápido crescimento global das intervenções em bens do patrimônio edificado não mais como restaurações em geral, mas como categorias de intervenção específicas, com acepções e escopos específicos, e com teorias e práticas específicas.

A maioria dessas novas categorias é determinada pelas especificidades de seus objetos e objetivos e adota em suas denominações um termo referente a eles, antecedido do prefixo latino “re”, seja por filiação à restauração e compromisso com a conservação, seja por mero modismo. Em meio a esse processo de diversificação e especialização – no qual abundam inconsistências – duas categorias de intervenção têm se destacado por sua crescente solidez e, juntamente com a restauração, são objetos fundamentais da disciplina: as denominadas “reabilitação” e “requalificação”.

Conforme temos depreendido de um número crescente de estudos de casos, a reabilitação e a requalificação têm em comum, geralmente, o fato de serem processos que visam contribuir para a preservação e uso sustentável de bens culturais edificados considerados em situação de subutilização, deterioração ou degradação social – por meio de criteriosa adequação de seus atributos espaciais, materiais e/ou infraestruturais às finalidades pretendidas, podendo implicar ou não a adição e subtração de espaços, materiais e/ou infraestruturas e, por óbvio, sem causar prejuízos à integridade dos principais atributos físicos e simbólicos do bem.

No entanto, essas duas categorias têm em diferente o fato de que enquanto a reabilitação consiste em um processo com ênfase no uso do bem – e que implica uma resoluta potencialização do uso atual ou restabelecimento e potencialização de um uso anterior – a requalificação consiste em um processo com ênfase nos

atributos do bem – e que implica uma resoluto alteração dos atributos objetivos e/ou subjetivos e, não raro, de seu uso.

Ademais, a reabilitação e a requalificação, bem como a restauração podem estar presentes, em variadas medidas, em uma mesma intervenção, especialmente em bens edificados de maior extensão e complexidade, uma vez que essas três categorias frequentemente se completam, quando não se sobrepõem parcialmente.

Conteúdo 2.3: Os princípios e critérios contemporâneos de restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado

O terceiro e último momento do bloco *Conservação do Patrimônio Cultural Edificado* reconhece que as teorias e práticas de intervenção em tais bens – enquanto resultado das transformações e permanências dos conceitos de cultura e de patrimônio, bem como de autenticidade e integridade – têm também natureza essencialmente axiológica e estruturalmente dinâmica. No entanto, pode-se afirmar que existe um conjunto de princípios e critérios contemporâneos de restauração, reabilitação e requalificação de bens edificados que é compartilhado por grande parte dos estudiosos e organizações de patrimônio e dos arquitetos e demais profissionais responsáveis pelos projetos e obras. Esse conjunto de princípios e critérios tem natureza qualitativa, não consiste em uma panaceia, exige ponderação caso a caso e é sistematizado, na disciplina, na forma do que denominamos como *os 10 Mandamentos da Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado*.

Essa sistematização não tem qualquer pretensão dogmática, dá-se por motivos de ordem cognitiva e mnemônica – e, quando de sua apresentação aos estudantes, é antecedida pela exibição de um trecho da comédia *The History of The World: Part 1*, lançada nos cinemas em 1981, no qual seu diretor e protagonista, o ator Mel Brooks (1926-), faz uma parodia da passagem bíblica na qual o profeta Moisés recebe de Javé, Deus de Israel, as *Tábuas da Lei* contendo os mandamentos divinos. No entanto, contrariando a tradição das religiões abraâmicas, Moisés recebe três tábuas com cinco mandamentos cada, mas, enquanto retorna a seu povo, destrói uma das tábuas por acidente e, fazendo-se de rogado, divulga apenas os dez mandamentos restantes. Por esse meio heterodoxo, a disciplina reconhece, de antemão, a incompletude de seus *mandamentos* e convida os estudantes tanto a seu uso crítico quanto, sobretudo, a ampliarem e aprofundarem as teorias e práticas de



restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado. Esses mandamentos são assim enunciados:

- I. Visarás à preservação e uso sustentável do bem;*
- II. Serás interdisciplinar e documentarás com qualidade;*
- III. Respeitarás a unidade potencial do bem sobre todas as coisas;*
- IV. Farás intervenções reintegrativas e preencherás lacunas, se os elementos faltantes foram minoritários e conhecidos;*
- V. Não reconstruirás ruínas, mas realizarás anastiloses e consolidações;*
- VI. Reconhecerás como válidas as intervenções pretéritas no bem e as eliminar apenas excepcionalmente;*
- VII. Priorizarás os sistemas construtivos originais, mas empregarás sistemas modernos quando mais adequados à conservação;*
- VIII. Obedecerás aos princípios de distinguibilidade, de dialogismo, de coadjuvação e de reversibilidade;*
- IX. Respeitarás as relações de interdependência e indissociabilidade do bem;*
- X. Não decidirás sozinho, serás democrático e adotarás processos decisórios participativos, qualificados tecnicamente e pautados pela alteridade.*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo de seus mais de cinco anos de existência, a disciplina tem recebido sucessivos aprimoramentos, tanto em seu conteúdo programático quanto em suas estratégias de ensino-aprendizagem, motivados por sugestões e demandas de seus estudantes, pela avaliação anônima que realizam ao final de cada oferta, por nossas análises do desempenho de cada turma e pela ampliação e aprofundamento de nossos próprios conhecimentos, habilidades e competências na linha de *Conservação do Patrimônio Cultural e Natural*. Dentre esses aprimoramentos, destacam-se a duplicação da carga horária original da disciplina, já em sua segunda oferta, em 2017, bem como a paulatina ampliação e/ou aprofundamento de conteúdos tais como os principais entendimentos acerca da conservação de bens patrimoniais na contemporaneidade, a formação das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado e os conceitos de conservação, preservação, manutenção, restauração, reabilitação e requalificação.

A disciplina tem proporcionado crescentes contribuições à capacitação de seus estudantes para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos próprios à sua temática, conforme atestado pela qualidade dos workshops e artigos que têm produzido na disciplina e, em especial, pela adoção de seu conteúdo programático como referencial teórico e metodológico em suas teses, dissertações, artigos e, inclusive, produções técnicas.

Não obstante a importância de tais aprimoramentos e desdobramentos, a disciplina segue em permanente desenvolvimento, buscando excelência e pertinência em suas contribuições e, para tanto, empenhando-se em acompanhar, analítica e criticamente, o dinâmico e controverso campo das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado, nesta contemporaneidade sob a égide da aceleração e desaceleração do tempo, dos avanços e retrocessos sociais, da imprevisibilidade e incerteza econômica, acarretadas, em especial, pela pandemia que nos assola.

## REFERÊNCIAS

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FIRMINO, Nicolau. **Dicionário Latino Português**. São Paulo: Melhoramentos, 1950c.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Sintesis, 2004.

RIEGL, Alois. **O Culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

TOFANI, Frederico de Paula. **Erejakasó piâng? As Culturas Sambaqueira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia).

TOFANI, Frederico de Paula; BRUSADIN, Leandro Benedini. A Arquitetura Vernácula enquanto Patrimônio Cultural: Contribuições para sua Preservação e Uso Sustentável. In: Seminário Arquitetura Vernácula: Patrimônio & Sustentabilidade, 2º, 2019, Belo Horizonte. **Anais 2º Seminário Arquitetura Vernácula**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020. Anais eletrônicos sem paginação.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.